

POSICIONAMENTO INICIAL DO MEC COM RELAÇÃO A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA FASUBRA

1. RETOMADA DA AGENDA AUTONOMIA 94

O MEC entende que a autonomia é a alternativa principal ao encaminhamento das questões relativas a administração e recursos humanos das IFES. Nesse sentido, concorda e convida a FASUBRA a integrar a discussão do modelo por ele proposto.

2. APROVAÇÃO DO PNE CONSTRUÍDO PELA SOCIEDADE DURANTE O II CONED

O Plano Nacional de Educação encaminhado ao Congresso Nacional pelo MEC, foi construído a partir de ampla participação das entidades relacionadas ao setor. Propostas alternativas a esse Plano, no entender do MEC e em respeito as entidades que participaram de sua elaboração, devem ser discutidas no âmbito do Poder Legislativo.

3. ORÇAMENTO DAS IFES

O orçamento da fonte tesouro das IFES cresceu 53% de 94 a 97, em termos reais. Além disso, o MEC vem investindo nas Universidades, através de convênios da SESu, cerca de R\$ 50 milhões / ano, desde 1996.

O MEC está aberto a discutir a questão orçamentária a partir de solicitações concretas e referenciadas ao montante atualmente investido em cada IFES.

4. HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

O MEC tem desenvolvido um enorme esforço nos últimos anos no sentido de melhor conhecer e, por via de consequência, melhor aplicar os recursos humanos e financeiros disponíveis na recuperação e saneamento dos 45 Hospitais Universitários das IFES e tem o maior interesse em divulgar as ações já tomadas nesse sentido. Portanto, não vê qualquer problemas no estabelecimento de uma mesa que trate dos problemas que fazem parte do cotidiano dos mesmos.

5. AMPLIAÇÃO DAS VAGAS DE GRADUAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

Esta é uma preocupação do MEC que está aberto a sugestões para o encaminhamento de soluções.



6. *NEGOCIAÇÃO DA CARREIRA NACIONAL DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO*

O MEC entende que a questão da carreira nacional dos técnicos-administrativos está ligada a questão da autonomia das IFES. No entanto, não coloca qualquer óbice no prosseguimento do seu estudo.

Quanto à criação de um Plano Nacional de Treinamento, Capacitação, Qualificação e Desenvolvimento dos Técnicos Administrativos, o MEC está disposto a formulá-lo imediatamente e, para isso, espera indicações da FASUBRA e da ANDIFES, respeitando, no entanto, as peculiaridades e necessidades de cada IFES.

Por fim, é objetivo do MEC discutir a instituição do Programa Nacional de Avaliação Institucional.

7. *LIBERAÇÃO DE VAGAS DE TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS PARA CONCURSO PÚBLICO*

O processo de negociação com a comissão de recursos humanos da ANDIFES encontra-se em adiantado estágio, estando previsto para muito breve a solução do problema. O MEC convida e espera a presença da FASUBRA nas discussões que estão acontecendo.

É preciso não deixar de enfatizar que NÃO EXISTE, por parte do Governo, qualquer tentativa de diminuição dos quadros de pessoal das IFES, bem como não existe qualquer disposição para reedição de programas como o PDV.

8. *RE-HIERARQUIZAÇÃO (REPOSICIONAMENTO) DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS IFES*

O MEC concorda com o encaminhamento da proposta de re-hierarquização e, para isso, propõe a constituição imediata de uma comissão que produza um documento consensual nesse sentido.

9. *EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA*

No âmbito das negociações ora desenvolvidas, o MEC convidará a participar das reuniões representante da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico para que se possa encaminhar as questões dentro das esferas competentes.

10. *POLÍTICA PARA OS TRABALHADORES APOSENTADOS DAS UNIVERSIDADES*

O MEC está disposto a conversar sobre o tema dos servidores técnicos-administrativos inativos, especialmente no contexto do projeto da autonomia.



11. TERCEIRIZAÇÃO E CONTRATO TEMPORÁRIO

O MEC nunca entendeu a terceirização como solução definitiva para o problema de recursos humanos das IFES, estando disposto a superar esse assunto no âmbito do encaminhamento da reposição de vagas.

12. REGIME DE TRABALHO

O MEC não entende como válida a discussão a respeito de REDUÇÃO de jornada de trabalho.

13. REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS RELATIVAS AO PERÍODO DE JAN/95 A MAR/98, DE 48,65%

O Governo não tem, no âmbito do Regime Jurídico Único, condições de encaminhar essa reivindicação.

14. PELA UNIFORMIZAÇÃO DA CONCESSÃO DOS AUXÍLIOS PRÉ-ESCOLAR E ALIMENTAÇÃO COM UNIFICAÇÃO DOS VALORES COM OS DEMAIS PODERES DA UNIÃO

O MEC concorda com a postulação e se compromete a encaminhar a solução para o assunto dentro do Governo.

15. PAGAMENTO IMEDIATO DOS PRECATÓRIOS CORRIGIDOS E DO PASSIVO TRABALHISTA COM EXTENSÃO A TODOS OS SERVIDORES

É dever legal do MEC recorrer até a última instância em todos os processos que resultem em pagamentos por via judicial. No entanto, esgotadas todas as instâncias de recursos, os pagamentos tem sido autorizados nos prazos legais.

16. PARCELAMENTO DO ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

O MEC está avaliando as possíveis restrições legais ao parcelamento do adiantamento de férias. Não havendo óbice, não há qualquer restrição quanto ao seu encaminhamento.

17. PSS DOS SERVIDORES ATIVOS

O MEC está disposto a encaminhar a discussão nos fóruns adequados.


FABÍLIO AFONSO BAETA NEVES
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MEC